

NO FUNDO DO POÇO

Artigos dos professores da UFBA Luiz Filgueiras e da PUC-SP Carlos Eduardo de Carvalho e uma entrevista com o professor da UFRJ Fernando Cardim analisam a extensão da crise econômica mundial e seus desdobramentos no Brasil, contextualizam historicamente a turbulência atual, detalham medidas adotadas pelo governo brasileiro e propõem linhas de ação.



Enquanto os mercados chegam ao fundo do poço, continuamos o debate sobre a forma mais inteligente de exploração do petróleo do pré-sal. Artigos de Luiz Pinguelli Rosa e do engenheiro Paulo Metri analisam a questão.

A crise, o mundo e o Brasil

■ Conforme lembramos em nosso último editorial, as gigantescas operações de injeção de liquidez nas economias centrais do capitalismo, promovidas por ações coordenadas pelos principais bancos centrais do mundo, se mostraram absolutamente insuficientes.


A crise, inicialmente de natureza financeira, atinge de forma inequívoca a esfera produtiva, e coloca o mundo globalizado na expectativa de tempos sombrios, frente às perspectivas de recessão nos países centrais do capitalismo e fortes desacelerações na taxa de crescimento dos países da periferia.

Essa edição do JE de novembro nos trás, a partir da página cinco, um conjunto de matérias analisando a crise.

O professor da Universidade Federal da Bahia – e co-autor, junto com Reinaldo Gonçalves, do livro “A economia política do governo Lula” – Luiz Filgueiras analisa os efeitos da crise econômica mundial na economia brasileira; o professor da UFRJ Fernando Cardim, um dos expoentes do melhor da escola de pensamento keynesiano no Brasil, em entrevista exclusiva, aborda diversos aspectos da presente crise e suas perspectivas de desdobramentos; e o professor Carlos Eduardo de Carvalho, da PUC de São Paulo, especialista em economia financeira, nos contempla com uma análise da Medida Provisória nº 442, ampliando os poderes do Banco Central, editada pelo governo Lula e recém-aprovada pela Câmara de Deputados.

Nas páginas 3 e 4, damos seqüência à discussão iniciada na edição anterior do JE sobre as relevantes questões envolvendo a descoberta dos campos de petróleo situados na chamada camada do Pré-Sal. Somos de opinião que essas descobertas exigem mudanças importantes no marco regulatório do setor, como forma de garantir condições adequadas e soberanas de aproveitamento dessa imensa riqueza. O professor e diretor da Coppe-UFRJ, ex-presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, e o engenheiro - e conselheiro do Clube de Engenharia - Paulo Metri analisam esse problema.

E nas já tradicionais páginas do Fórum Popular do Orçamento, interessante artigo aborda a questão dos direitos dos negros, sob o prisma do tratamento que a mesma recebe na esfera dos orçamentos públicos da União, do Estado do Rio de Janeiro e dos municípios do Rio e de Niterói.

Por fim, informamos também o resultado das eleições do CORECON-RJ, recém realizada, e a eleição dos membros da chapa Novos Desafios, para os cargos e funções a que se candidataram. 

SUMÁRIO

3

Luiz Pinguelli Rosa

Crise, pré-sal e intervenção do Estado na economia

4

Paulo Metri

Preliminares do pré-sal

5

Luiz Filgueiras

Os efeitos da crise econômica mundial na economia brasileira



7

Entrevista

Fernando Cardim “É preciso tomar cuidado com aqueles que voltarão a advertir contra os excessos regulatórios”

11

Carlos Eduardo Carvalho

Intervenção estatal e distribuição de perdas: a MP 442 e os preços das garantias oferecidas por instituições socorridas

14

Fórum Popular do Orçamento

Que o apartheid se exploda. Viva Zumbi!

16

Resultado das eleições no Corecon-RJ

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo

Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D’Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Crise, Pré-Sal e Intervenção do Estado na Economia

■ Luiz Pinguelli Rosa*

A descoberta de grande quantidade de petróleo no Pré-Sal pela Petrobras recolocou no Brasil a questão da intervenção do Estado. O governo pensa em assumir maior controle, mudando o regime de concessões para explorar o petróleo, criando eventualmente uma estatal para gestão do Pré-Sal e capitalizando a Petrobras. Os adeptos do puro mercado que se opõem a isso parecem desatualizados com o que ocorre nos EUA. Por outro lado, a crise financeira eclodida nos EUA fez os economistas de mercado clamarem pela intervenção do Estado na economia para socorrer grandes bancos.

A intervenção do Estado na economia sempre foi combatida pelos neoliberais lá e cá. Os pronunciamentos de Lula sobre crise têm um tom mais à esquerda, lembrando seus discursos de campanha no segundo turno de sua eleição, quando ganhou parcela da esquerda, que não votara toda nele no primeiro turno. Reina hoje uma confusão ideológica, pois candidatos conservadores às prefeituras pareciam lulistas de primeira hora e defensores dos pobres, pois a popularidade do Lula está em alta. Medidas de governo como o Plano de Aceleração do Crescimento, a ampliação do Programa de Bolsa Família e do crédito popular levaram cerca de 20 milhões de brasileiros, segundo o IBGE, a sair da pobreza e ingressar na

classe C de renda, chamada por eufemismo de classe média. Tudo isto e o crescimento das exportações levaram a economia no Brasil a crescer 5% em 2007 e manter o crescimento alto em 2008, até a crise financeira norte-americana afetar o crédito e as exportações.

No governo Fernando Henrique houve o PROER para salvar os bancos. Seus lucros bateram recordes em 2007. Os juros e o superávit primário continuaram nas alturas. Cerca de 10 vezes mais que o total para as bolsas-família em 2007 teve este destino. Somando o superávit primário ano a ano, o total, ao longo de cinco anos, por exemplo, dá algumas centenas de bilhões de reais. Isto é um tipo de intervenção do Estado na economia.


Há uma imbricação da crise financeira internacional com a questão do Pré-sal, quanto à intervenção do Estado, pois alguns que clamam agora pela salvação dos bancos falidos se opõem no Brasil à maior presença do Estado na área do petróleo. Sendo confirmada a quantidade de petróleo no Pré-Sal, as reservas brasileiras, que eram de 14 bilhões de barris, terão em volume adicional que pode variar desde 30 a 50 bilhões de barris até 80 a 100 bilhões de barris. O risco do investimento na exploração do petróleo no País caiu, pois a probabilidade de encontrá-lo aumentou. No regime atual de concessão são licitados blocos para exploração



por empresas, a maioria de fora do País, e pela Petrobras, tendo elas a propriedade do petróleo retirado. Em países grandes produtores de petróleo a remuneração do Estado pelas empresas petrolíferas pode ultrapassar 80%. Ao invés do regime de concessão, alguns usam o regime de contratos com partilha do petróleo produzido ou com posse deste produto pelo Estado através de uma entidade estatal, remunerando a empresa petrolífera pelos serviços. Daí a cogitação de se criar no Brasil uma nova estatal para a gestão do petróleo do Pré-Sal descoberto pela Petrobras. A grande mídia e os grupos econômicos envolvidos com o petróleo defendem a manutenção do atual regime de concessões em nome do mercado livre competitivo e da globalização econômica e, portanto, da abertura das reservas de petróleo. Outros dizem que a Petrobras não terá 600 bilhões de dólares necessários para retirar o petróleo do Pré-Sal, sendo importante dar concessões

às empresas estrangeiras. Ora, é verdade que o custo de investimento será alto, dado a profundidade sob o mar e a própria natureza da camada de sal a ser atravessado. Mas ela não terá dificuldade de alavancar dinheiro ou encontrar parceiros, mesmo com a crise financeira pois o petróleo continuará valioso ainda que seu preço caia.

De outro lado, a esquerda e os defensores do desenvolvimento nacional menos dependente desejam fortalecer a Petrobras, líder mundial na tecnologia de águas profundas. A Petrobras é eficiente e todos reconhecem. Se a Petrobras é hegemônica no atual regime, por que a nova empresa? Este é um argumento forte dos defensores do desenvolvimento nacional independente. De fato, pode-se capitalizar a Petrobras aumentando a participação da União e reduzir os dividendos remetidos ao exterior. Mas é preciso mudar o regime, desde que se contrate a Petrobras como detentora da tecnologia para explorar o Pré Sal, com ou sem parcerias, e sejam mantidos com ela os contratos das áreas concedidas em torno de Tupy e Iara.

O fundamental é a sinalização de que as coisas não podem ficar como estão, terá de haver mudanças embora não qualquer mudança. O objetivo deve ser usar as grandes reservas em favor do interesse da população do País, em grande parte muito pobre, não só dos investidores. 

*Diretor da COPPE / UFRJ

Preliminares do pré-sal

■ Paulo Metri*

Um monopólio estatal nacional, socialmente controlado, é mais benéfico para a sociedade que um oligopólio privado estrangeiro. A disputa por petróleo em blocos marítimos, onde há muito petróleo no Brasil, dar-se-á entre empresas privadas estrangeiras e a Petrobrás. Se todos blocos não concedidos da área do pré-sal forem entregues, sem licitação, para a Petrobrás explorar e produzir petróleo, após mudança na lei 9.478, e se esta decisão for acompanhada por uma nova taxaço e distribuição da arrecadação, ter-

faz com ele o que quer, inclusive o exporta, proibindo o país de realizar qualquer ação geopolítica com seu petróleo. Atualmente, todas empresas, inclusive a Petrobrás, pagam muito pouco imposto sobre a produção de petróleo, em comparação com a situação de outros países, segundo o número 162 da revista "Ciência Hoje". Além disso, a assimetria de informações entre empresas estrangeiras e o governo pode permitir perdas ainda maiores sobre o que seria a taxaço justa. Contrariando o principal argumento destas empresas, o desenvolvimento do setor foi menor do que ocorreria, se o modelo do monopólio estatal não fosse substituído pelo da lei 9.478, com licitações e concessões.

Quem sempre correu risco no Brasil foi a Petrobrás.

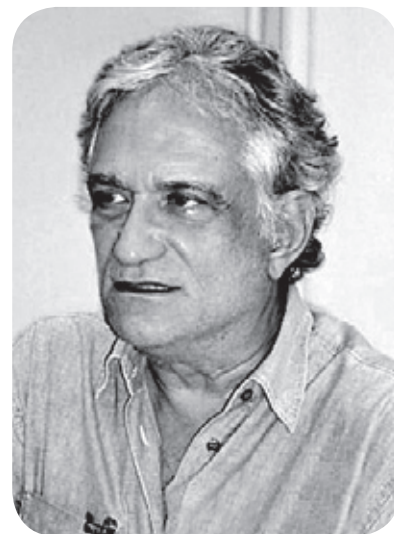
As empresas estrangeiras, na maioria dos casos, se associaram à Petrobrás. Quando atuaram sozinhas, geraram poucos empregos e compraram pouco no país, se compararmos ao que compra a Petrobrás hoje e foi comprado durante o monopólio. Com relação ao desenvolvimento de tecnologia, só a Petrobrás a desenvolve no Brasil. Assim, o atendimento a políticas públicas com entes privados estrangeiros é desprezível.

Esta lei e os contratos da ANP forçam a produção rápida do petróleo descoberto e sua exportação, por a produção exceder a demanda do país, gerando uma necessidade de investimentos que a Petrobrás sozinha não po-

de atender. A indução à exportação, o intervalo das rodadas de licitações e o número de blocos ofertados em cada rodada são fixados para forçar a entrada de grupos estrangeiros no país. Por estas evidências, a ANP parece estar capturada pelos agentes econômicos do setor.

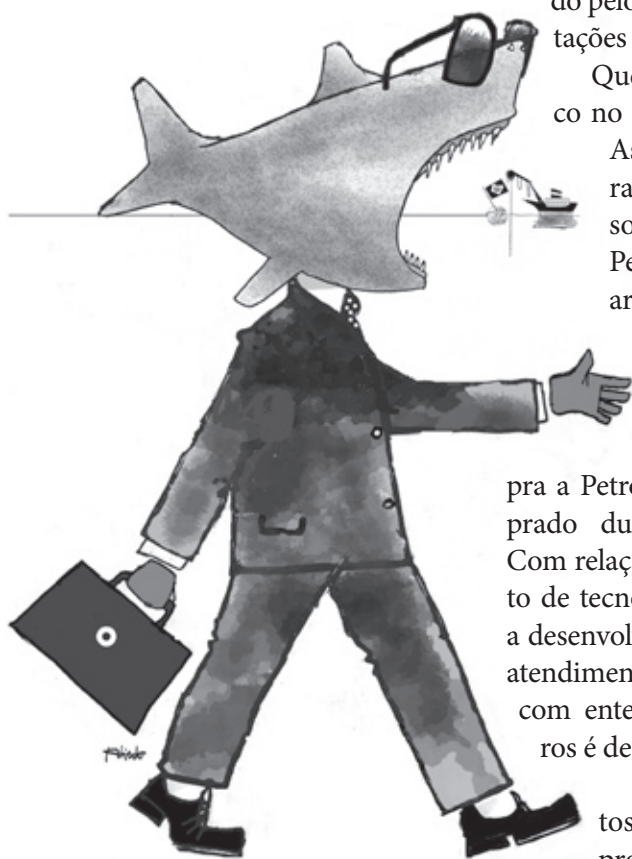
O risco exploratório do pré-sal é quase inexistente e a grandeza espetacular da descoberta é única em território brasileiro. Por tudo isso, é recomendável a reformulação do marco regulatório. Assim, o pré-sal pode ser a oportunidade para um grande desenvolvimento nacional ou um novo ciclo de exploração de uma riqueza nacional.

Concluindo, princípios básicos que devem nortear a elaboração do marco regulatório e a tomada de decisões do governo são: (1) deve ser criado um imposto pesado sobre o petróleo exportado e não deve ser modificada a atual alíquota da participação especial, porque esta participação será paga também pelo consumidor nacional, enquanto o imposto de exportação, não; (2) a arrecadação adicional, devido à criação deste imposto e ao crescimento da exportação de petróleo, deve ser destinada a ações em benefício da sociedade brasileira; (3) não é preciso a criação de uma nova estatal, pois, nesta alternativa, a Petrobrás perderá, a médio prazo, seu maior patrimônio, a capacitação tecnológica que possui; (4) a União deve recomprar, paulatinamente, as ações da Petrobrás que es-



tão no exterior, nem tanto pelos dividendos perdidos, mas, mais, para adquirir maior grau de liberdade; (5) com relação a todos blocos do pré-sal, devem ser cancelados os artigos da lei 9.478 que exigem cumprimento de prazos pelo concessionário, visando adequar a necessidade de investimentos da Petrobrás à sua capacidade de geração de recursos, sendo necessário, também, aditar neste sentido contratos antigos da área do pré-sal; (6) não devem existir novas rodadas de leilões, enquanto o marco regulatório não for redefinido; (7) recebendo os blocos do pré-sal, a Petrobrás estará proibida de fazer parcerias para captar recursos, que mais representam vendas antecipadas de petróleo a preços vis; (8) o processo de unitização em áreas do pré-sal só deve começar após a entrega dos blocos remanescentes desta área à Petrobrás; e (9) um novo planejamento de crescimento estimulado e ordenado do país deve ser realizado. ☐

* Paulo Metri é conselheiro da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros



se-á a forma mais garantida da riqueza fluir para benefício da sociedade brasileira.

A citada lei entrega o petróleo para quem o descobre, que

Os efeitos da crise econômica mundial na economia brasileira

■ Luiz Filgueiras

Os impactos da atual crise econômica mundial – difundida a partir da crise dos mercados imobiliário e financeiro dos EUA – sobre a economia brasileira têm duas portas de entrada interligadas. A primeira é o mercado financeiro, em razão da desregulamentação da conta de capital do balanço de pagamentos do Brasil, que concede uma grande liberdade aos fluxos de capitais, para a compra e venda de ações, de títulos da dívida pública e de outros papéis.

Nesta porta, os impactos têm sido imediatos e severos: queda da bolsa de valores, subida do risco Brasil e desvalorização do câmbio; em razão da venda de papéis brasileiros (ações, títulos públicos e outros papéis de empresas) pelos fundos de investimentos, com o objetivo de compensar as perdas nos mercados americano e europeu, bem como em busca de uma maior segurança nos títulos do governo dos EUA. Adicionalmente, a redução da liquidez nos mercados financeiros internacionais vem implicando em aumento do custo do (re)financiamento externo para as empresas brasileiras, além de diminuição do crédito na economia brasileira (para exportadores, agricultura, bancos menores e consumo de bens duráveis). Para agravar ainda mais a situação, empresas exportadoras vêm tendo elevados prejuí-

zos no mercado de câmbio, em operações com derivativos.

Com a transformação da crise financeira em crise econômica geral, especialmente na ausência de controle dos fluxos de capitais, a fuga de capitais tende a se acentuar, em que pese o acúmulo de reservas da ordem de US\$ 200 bilhões – o que implicou, até o ano passado, a redução conjuntural da vulnerabilidade externa do país. No entanto, a motivação dessa fuga não dependerá, principalmente, dos chamados “fundamentos da economia”: controle da inflação e trajetória da dívida públi-

ca, entre outros. A razão maior se situará, como das outras vezes, na própria dinâmica da especulação financeira, isto é, a crescente aversão ao risco levará à busca por maior segurança através da aquisição de títulos do governo americano.

Essa nova realidade tem levado à desmoralização do discurso liberal em todo o mundo, com o Estado aparecendo, mais uma vez, como é comum nos momentos de crise do capitalismo, como o “salvador da pátria”. Mesmo assim, não há a menor segurança de que o pacote de US\$ 850 bilhões (6% do

PIB dos EUA) para compra de ativos podres em mãos das instituições financeiras privadas, que foi recentemente aprovado com dificuldades pelo Congresso dos EUA, resolva, no curto prazo, a crise financeira. Além disso, é certo que também não impedirá a difusão e o aprofundamento da crise para a esfera produtiva e os demais países do mundo. E isto se deve, sobretudo, à amplitude e profundidade da desregulação e liberalização dos mercados financeiros ocorridas nos últimos trinta anos, mas também ao atraso do Banco Central dos EUA em intervir



mais prontamente e com instrumentos adequados – pois julgava, inicialmente, que a crise era de liquidez e não, como se evidência agora, de solvência.

No Brasil, o agravamento da crise obrigou o governo a mudar o discurso da “blindagem” ou do “descolamento” da economia brasileira em relação aos EUA, levando o Banco Central do Brasil a adotar as seguintes medidas: 1- leilões para venda de dólares com cláusula de recompra, vendas de dólares das reservas e vendas de dólares no mercado futuro; 2- reduções sucessivas dos depósitos compulsórios e 3- edição de uma medida provisória que possibilita ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal comprarem instituições financeiras privadas e tornarem-se sócios de empresas construtoras. Por outro lado, a estratégia de elevação da taxa de juros – num momento de clara tendência de desaceleração da atividade econômica –, já é questionada no interior do próprio governo. No entanto, essa não vai ser uma escolha trivial; numa economia sem controle dos fluxos de capitais, a elevação da taxa de juros também é utilizada com o objetivo de tentar impedir a fuga de capitais nos momentos de crise. Ademais, as restrições exter-

nas – com redução dos saldos da balança comercial e crescimento do déficit da conta de transações correntes – forçarão a redução do ritmo de atividade econômica. E aqui, encontra-se o outro caminho de entrada da crise na economia brasileira.

Essa segunda porta de entrada da crise é o comércio internacional, o que inevitavelmente ocorrerá em razão da recessão que já vem tomando conta dos EUA, Europa e Japão. Neste caso, os impactos no balanço de pagamentos – que já vinha se deteriorando antes da crise, em razão da valorização do real e do salto no montante das remessas de lucros e dividendos das multinacionais –, se fará sentir através da queda da demanda e dos preços internacionais das *commodities*, que representam parte majoritária das exportações do país. A diversificação dos destinos das exportações brasileiras – ocorrida nos últimos anos em virtude do crescimento dos países da periferia do capitalismo – atenua, mas não resolve o problema. A crise tem caráter global; assim como o crescimento dos últimos anos da economia mundial foi alimentado pela dinâmica da economia dos EUA e da China, isto também vale (em sentido oposto) para esse novo momento, de reversão do ciclo econômico.

Desse modo, em ambos os casos, pelas portas financeira e comercial, a vulnerabilidade externa da economia brasileira voltará a se manifestar, com impactos sobre as trajetórias da inflação e da dívida pública; o que restringirá a capacidade de crescimento a partir do mercado

interno, afetando o nível de emprego. A divulgação de estatísticas positivas sobre o desempenho (passado) da economia não resolve o problema.


Sem dúvida, todos os países serão atingidos pela crise global. Entretanto, o grau de “sofrimento” de cada um, no curto e longo



prazos, dependerá de suas respectivas inserções internacionais (comercial e financeira) e de suas políticas econômicas. Aqueles com menores restrições ao movimento dos fluxos de capitais e dependentes de uma pauta de exportação calcada, sobretudo, em *commodities* e produtos industriais com baixa intensidade tecnológica tenderão a sentir mais os efeitos da crise. E isto é mais verdadeiro ainda em virtude da pequena margem de autonomia da política econômica desses países – como é o caso do Brasil –, restando-lhes, em geral, a elevação das taxas de juros.

A taxa de crescimento da economia em 2008 deverá ser afetada, por razão óbvia, pelo menor crescimento do último trimestre deste ano, mas o resultado final deverá apresentar um valor próximo dos últimos dois anos. Entretanto, dada a problemática inserção comercial-financeira do país, na economia internacional – com uma

grande dependência das exportações de *commodities* e livre mobilidade dos fluxos financeiros –, a continuação e aprofundamento da crise comprometerão seriamente o crescimento no próximo ano. E isto será mais verdadeiro ainda, se a resposta à crise for a manutenção da mesma política econômica implementada até agora, pois isto implicará, como é de praxe em seu receituário, a retomada do aumento da taxa de juros e o aumento do superávit fiscal primário, isto é, mais aperto fiscal e monetário.

A alternativa a essa política, no curto prazo, é o controle dos fluxos de capitais (regulação da conta capital), a centralização do câmbio, o controle seletivo das importações, uma forte redução do superávit fiscal primário, a renegociação das dívidas das famílias, a estatização de instituições financeiras e do crédito, a ampliação do seguro desemprego e a manutenção dos gastos sociais. E, no médio e longo prazo, a re-configuração da pauta de exportações do país, em direção a produtos com maior intensidade tecnológica, maior valor agregado e com maior dinamismo no mercado internacional. Entretanto, a opção por esse outro tipo de política econômica em um momento de crise não é trivial. Ela implicaria, sem dúvida, em confronto com os interesses econômicos e políticos do capital financeiro, além de exigir uma ação consciente por parte do Estado – com a implementação de políticas industriais, comerciais e tecnológicas – cujos resultados não serão imediatos. 

* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (FCE/UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) dessa faculdade.



“É preciso tomar cuidado com aqueles que voltarão a advertir contra os excessos regulatórios”

Em tempos de baixa do pensamento neoliberal, o JE conversou com um dos principais teóricos no Brasil da escola do economista John Maynard Keynes. O professor da UFRJ Fernando José Cardim de Carvalho faz uma retrospectiva histórica da alternância do predomínio das idéias liberalizantes e estatizantes, compara a crise atual com o colapso dos anos 30, alerta para a resistência à regulação do setor financeiro e questiona a importância da China. Fernando Cardim é Ph.D. em Economia pela Universidade de Rutgers, nos EUA, mestre em Ciências Econômicas pela Unicamp e graduado pela USP.

P: Na sua opinião, quais as semelhanças e as diferenças entre a atual crise financeira e a de 1929?

R: O que elas têm em comum é a importância do setor financeiro como disparador da crise e o potencial destruidor que ambas representam. Mas quando se fala da crise de 1929 o que se tem em geral em mente é a grande depressão da década de 1930, que foi um fenômeno muito complexo. Em 1929, o que se teve foi o colapso da Bolsa em Nova York, em um contexto em que a economia americana já vinha dando sinais de esfriamento, especialmente no setor agrícola, depois de uma década bastante próspera. O colapso da Bolsa então, como o de agora, dá o espetáculo, por ser um evento de alta visibilidade, mas não foi, nem é agora, de importância realmente decisiva. A Bolsa continua dando o lado “midiático” do processo. O que realmente importa acontece de modo muito menos visível, no interior das instituições financeiras, nas relações entre elas, e, finalmente, nas ofertas de recursos ao setor privado não-financeiro. O que há em

comum, e de mais relevante, é exatamente o colapso do valor de ativos detidos por instituições financeiras, que leva muitas à insolvência e deixa as sobreviventes de pé atrás, por não saberem com quem negociar. É onde estamos no momento, e é também a fase que Irving Fisher chamou de deflação de débitos na crise de 1930,

onde a ameaça de desmoronamento do sistema financeiro abre a possibilidade de paralisia da economia pela deficiência de crédito para as empresas financiarem a produção e investimento, os consumidores financiarem suas compras de bens de consumo durável e imóveis, para os exportadores ex-

portarem, e assim por diante. A principal diferença, por outro lado, entre as duas situações é que governos aprenderam algumas lições da grande depressão. A mais importante delas, representada pelo New Deal de Roosevelt, pela Teoria Geral de Keynes, pela experiência social-democrata europeia, pelo ativismo de governos democratas americanos até pelo menos a administração Lyndon Johnson, é que o governo tem não só a obrigação, mas também os meios de impedir que tais eventos se transformem em catástrofes. **O longo domínio do pensamento dito neo-liberal, que inspirou o chamado movimento de desregulação, especialmente a desregulação financeira, a partir dos anos 1980, vendeu a muitos, inclusive economistas com pouco conhecimento de história, a idéia de que mercados são mesmo capazes de se auto-ajustar, que mercados, especialmente os financeiros, são eficientes.** Felizmente, lideranças políticas, mesmo quando exacerbadamente conserva-



doras como as que ocuparam o governo americano no período Bush, são menos dominadas por ideologias do que acadêmicos e, naturalmente, consultores econômicos. Assim, na hora de encarar o abismo, o governo americano, assim como os da Europa ocidental, optou pelo pragmatismo e pela intervenção ao invés de esperar pelo auto-ajuste dos eficientes mercados financeiros.

P: Esta presente crise representa o fim do chamado neoliberalismo e o retorno das idéias de Keynes?

R: Eu não seria tão otimista. A experiência parece que nada jamais representa o fim de coisa alguma realmente. As idéias, como a economia, são cíclicas. O movimento parece ser pendular. Quando se experimentou o desastre que foi a grande depressão, o pêndulo deslocou-se para a esquerda, com a preeminência das idéias de Keynes, regimes intervencionistas que nas primeiras décadas do pós guerra garantiram um crescimento intenso e sustentado, a chamada época de ouro especialmente do capitalismo americano, mas também as experiências de reforma social e políticas redistributivas que caracterizaram o que nos Estados Unidos se chama do liberalismo democrata (que para o resto do mundo é, na verdade, o mais próximo que aquele país já chegou da social democracia), e que se encerra com a administração Johnson. A década turbulenta dos 1970 põe fim a esta fase, com o violento deslocamento do pêndulo para a direita, conduzido pelos entusiastas de Ronald Reagan e Margareth Thatcher e sua reconstruída fé nos mercados.



Agora, a experiência da crise faz mover o pêndulo de volta para uma política mais intervencionista. Por mais que me atraia o pensamento de que isso representa um fim do jogo de espelhos da hipótese dos mercados eficientes, eu tendo a acreditar que seja, infelizmente, apenas mais uma virada do pêndulo. As políticas keynesianas vão contribuir para a solução da crise, podem contribuir para que se consiga novamente um período de prosperidade sustentada, que dará lugar à complacência e ao conservadorismo que dominarão até a crise seguinte. Keynes se referiu, na Teoria Geral, à correção básica de idéias centrais do mercantilismo, que foi derrotado pela visão do laissez-faire. Esta foi derrotada pelo próprio Keynes, em suas várias versões, apenas para dar lugar, nos anos 1980 ao exotismo dos chamados novos clássicos e afins. Agora estes saem de cena, mas muito

provavelmente voltarão um dia, com novas roupas, até o próximo desastre.

P: Muitos destacam, na análise da crise, a atualidade de Minsky e seus trabalhos sobre as instabilidades financeiras nas economias capitalistas. Como avalia a contribuição desse professor, falecido em 1996, para o entendimento da presente crise?

R: A contribuição central de Minsky pode se resumir em uma frase, que, aliás, foi criada por ele mesmo: a estabilidade é desestabilizante. Ao contrário de economistas que acreditam na habilidade de economias de mercado encontrarem posições de equilíbrio, Minsky advertia que nada é realmente durável. Quando se vive um período prolongado de estabilidade, dizia ele, é inevitável que riscos sejam vistos como coisa do passado, que agora todos são capazes de evitá-los de modo mais eficiente, e, com isso, tendem a se expor mais e mais a riscos, tornando-se mais frágeis e vulneráveis a qualquer choque adverso. É como num cassino: quando o jogador se vê ganhando uma seqüência de rodadas, ele pensa que sua mão está quente, não que a probabilidade que a seqüência continue diminua rapidamente. As pessoas passam a subestimar riscos, os mercados financeiros oferecem o cassino, se não forem regulados de modo a se comportarem de modo social construtivo. Assim, a principal contribuição de Minsky é mostrar, e construir um modelo para isso, como a experiência de prosperidade tende a tornar a economia mais frágil, ao invés de mais sólida, porque induz a aceitação de apostas cada vez mais arriscadas por pessoas que simplesmente não credi-

tam que possam perder. Quando se lê a história do LTCM, aquele fundo de hedge que quase explodiu em 1998, que contava com dois prêmios Nobel de economias entre seus diretores, se percebe isso, que se repetiu na crise do subprime. Essa gente acredita seu sucesso não a condições da economia em si, que podem mudar, mas à sua suposta agudeza capacidade de análise. Com base nisso, vão aumentando suas apostas, reduzindo suas precauções até o ponto em que mesmo um pequeno choque adverso pode empurrá-los ao abismo abaixo. Não é um acidente que Minsky esteja sendo redescoberto. Sua mensagem central era que isso é intrínseco à operação de sistemas financeiros modernos.

P: O sistema financeiro atual, com sua complexa estrutura e diversidade de operações, é regulável?

R: Grande parte da complexidade do sistema financeiro atual se deve precisamente à liberdade que lhe foi dada, com a desregulação financeira iniciada nos anos 1980, de agir como bem entendesse e ao pressuposto que se tornou popular de que a auto-regulação poderia ser eficiente e que o interesse dos “mercados” por lucro poderia coincidir com o interesse social por estabilidade. O que se está descobrindo na década, já que isto vem desde os escândalos da Enron e outras empresas no início desta década, é que esta hipótese é falsa. Muitas inovações financeiras, como a própria securitização ou o desenvolvimento do mercado de derivativos, podem, se adequadamente reguladas e monitoradas por supervisores públicos, mas podem servir também

simplesmente para tornar as operações financeiras cada vez mais obscuras para o público. **A securitização das chamadas hipotecas subprime só podem ser explicadas pelo desígnio deliberado de criação de um objeto de aplicação financeira que o comprador potencial não fosse capaz de entender. É vender gato por lebre, mas envolvendo primeiro o gato em uma camada de massa e depois mais outra e mais outra, até que possa dizer ao comprador que ele realmente está comprando lebre e ele acredite nisso.**

O movimento de reavaliação da regulação financeira que se inicia certamente vai examinar as duas idéias centrais do processo anterior: a de que a auto-regulação é eficaz para defender o interesse social na estabilidade e a de que intermediários financeiros privados tenham liberdade para criar os instrumentos que quiserem. Naturalmente, em algum momento deverá haver uma reação desses intermediários, que, no momento, encontram-se na defensiva. É preciso tomar cuidado com aqueles que voltarão a advertir contra os excessos regulatórios, contra o sufoco da capacidade de inovação do setor, contra o paternalismo, etc. A experiência da liberalização financeira deve ser reavaliada em profundidade.

P: Fala-se da necessidade de uma nova arquitetura financeira mundial já há alguns anos, contudo nada de concreto observamos. Seria viável politicamente, nos dias de hoje, a possibilidade de um novo acordo semelhante à Breton Woods?

R: Politicamente, com certe-

za não. A dominância americana está sendo corroída, ela provavelmente diminuirá progressivamente nos próximos anos, mas para que isso ocorra, é preciso que haja alternativas. Mudanças como as que Keynes sugeriu em Bretton Woods, em 1944, são muito difíceis de implantar, como a criação de um meio de pagamento internacional, que substitua moedas nacionais, como o dólar, porque exigem condições prévias que hoje em dia soariam radicais, como a recriação generalizada de controles de capitais. Os Estados Unidos já não são mais, há muito tempo, a potência hegemônica, mas há poucos contendores viáveis. Quando se fala de União Européia e de euro, esquece-se que a UE não é um país, mas uma coleção de países, com processos de decisão demorados e conflituos, sem instâncias formais de conciliação de interesses, com mercados, especialmente financeiros, fragmentados, e um banco central meio extra-terrestre, um banco central que não responde a um estado europeu, que não existe. O Japão sumiu do radar e é difícil imaginar que retorne. A China não tem certamente essa capacidade. Um novo Bretton Woods teria de resultar ou de um acordo político em termos de perspectivas entre países líderes, que me parece impossível de conseguir, ou da liderança incontestada de um deles, como foi o caso em 1944, que é inconcebível, já que os Estados Unidos ainda é a maior economia do mundo, mas sem a preeminência que tinham ao final da Segunda Guerra Mundial.

P: Qual a sua visão sobre a saída da crise, sob o ponto de vista internacional?



R: A crise ainda está muito longe de se resolver. Ela agora está chegando ao chamado lado “real” da economia, com a queda da demanda agregada e do emprego e é aqui que ela deve durar mais. Além disso, a crise “real” não vai se resolver antes que o sistema financeiro, especialmente o americano, seja minimamente reconstruído e isto ainda está longe de ocorrer. Os pacotes até agora implementados se destinam a colocar um piso na crise, impedir as economias de continuar deslizando para um fundo do poço que ninguém sabe onde está. Eles não são realmente pacotes de recuperação. Para isso, ainda vamos ter que esperar a eleição do novo presidente americano,

para ver se suas políticas fiscais serão expansivas, ajudando, aí sim, a demanda agregada a se recuperar, ou não. Que estratégias serão adotadas para reconstruir (e não apenas resgatar, como agora) o sistema financeiro, etc. Isto tudo ainda vai levar muito tempo. É difícil prever quanto, mas é improvável que haja saídas a vislumbrar antes de um ano e meio, dois.

P: Qual a sua visão sobre as medidas tomadas até agora pelo governo brasileiro, e quais os desdobramentos possíveis da crise, para a economia brasileira?

R: Parte do impacto que sofremos parece ter se devido ao pânico criado nos Estados Unidos e Europa, como a secagem de

crédito interno. A simples diminuição da oferta de capitais nos mercados internacionais não explica a cessação de empréstimos domésticos, basicamente alimentados por aplicações domésticas. Sob pânico, porém, a tendência à paralisia tende a se generalizar. Por outro lado, em situações como essa, não é muito fácil se identificar o que fazer. Se os bancos brasileiros param de emprestar pelo que acontece em outros países, como você pode forçar a retomada de empréstimos? Por comando? Por outro lado, é preciso se lembrar que numa situação como esta, o sistema financeiro vê seu poder de barganha aumentar. Veja o caso da liberação dos compulsórios. Independentemente de se os compulsórios no Brasil devessem ou não ser tão elevados (provavelmente não deveriam), os bancos podem ter interesse em forçar o banco central a finalmente ceder e reduzi-los, criando o espectro da secagem de liquidez. Objetivamente, a vulnerabilidade maior da economia brasileira, e que ainda não é tão grande, mas pode se deteriorar rapidamente, como aliás já vem acontecendo, é o déficit em transações correntes. Aqui, a desvalorização cambial deve ajudar, mas temos que nos lembrar que, em um contexto de desaceleração da economia internacional, outros países também estarão provavelmente adotando políticas cambiais mais ativas, o que pode contrabalançar os benefícios que teremos. De qualquer forma, ainda é relativamente cedo para avaliar até onde irão os impactos sobre o Brasil. Agora que a crise chega ao lado real das economias desenvolvidas, poderemos avaliar melhor a extensão do estrago.


P: Qual a sua avaliação quanto às estatizações e nacionalizações realizadas pelos governos dos países centrais? São intervenções de caráter emergencial e transitório, ou irão adquirir uma dimensão duradoura e mais estrutural?

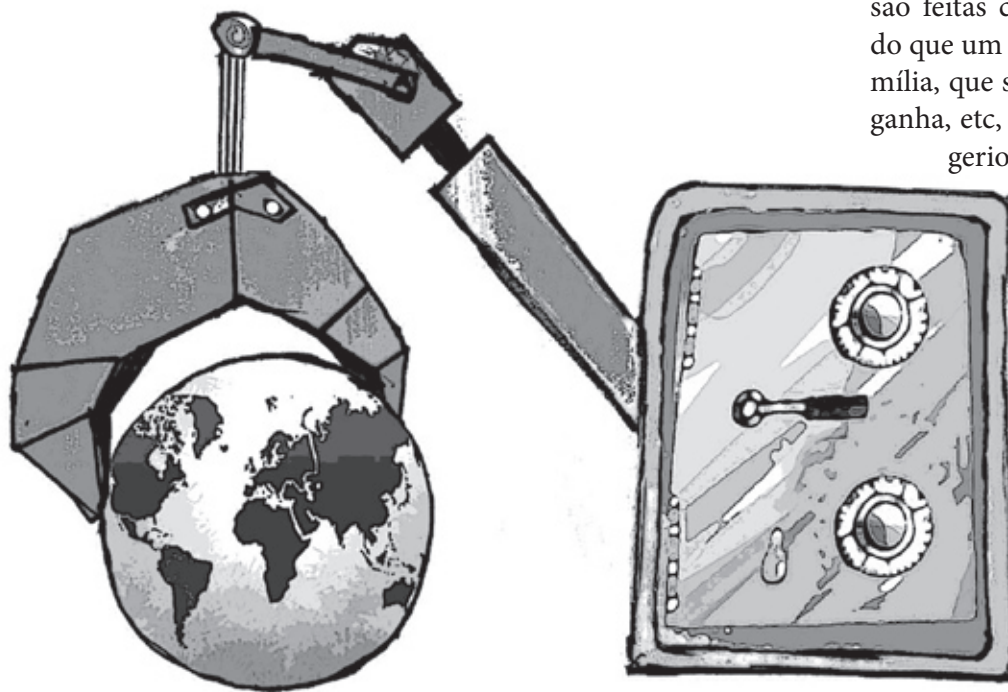
R: São inteiramente de caráter emergencial. O que deve vir a ser mais duradouro serão as reformas regulatórias, a reavaliação de estratégias como a que fundamenta, por exemplo, os acordos da Basiléia, que transferem ao setor privado responsabilidades do regulador público. Aqui os embates são os mais importantes. Os ortodoxos e conservadores defenderão a idéia de que tudo que é necessário é apertar alguns parafusos, ajustar algumas peças, mantendo-se a estratégia liberalizante adotada desde os anos 1980. Do outro lado, estarão os que defendem uma revisão estratégica, de crítica mais profunda aos fundamentos da liberalização financeira. Infelizmente, a maior parte desse debate se desenrola longe das atenções não apenas dos interessados, como os trabalhadores que perdem seus empregos,

quando bancos começam a sofrer os danos de suas decisões, e mesmo de lideranças políticas que, preguiçosamente, costumam aceitar a idéia de que se trata de decisões puramente técnicas, livres de ingerência política. Isto é uma estupidez, mas é muito comum, alimentada por alguns economistas dedicados a obscurecer ainda mais os objetos de discussão e a protegê-los da discussão política. **Instrumentos devem ser desenhados tecnicamente, mas a regulação financeira deve seguir objetivos que são politicamente determinados. Ausentar-se desse debate apenas facilita que ele seja dominado por interesses particulares, que não hesitarão em colocar em risco de novo a demanda da sociedade pela estabilidade em favor de se ampliar as possibilidades de ganho.**

P: Qual o papel das economias ditas emergentes nesta crise, em particular a da China?

R: Eu acho que o papel da China numa possível solução do problema tende a ser superestima-

do. É preciso notar que a China é superavitária no seu balanço de pagamentos com o resto do mundo e especialmente nas suas transações correntes. Isto significa que o resto do mundo cria muito mais demanda para produtos chineses do que eles criam para o resto do mundo. Em uma recessão, é preciso criar demanda agregada para justificar o emprego dos trabalhadores, e isso não virá da China. A gente sempre se impressiona com a descrição de produtos isolados. A China sustenta o Chile há alguns anos, comprando todo o seu cobre. Minérios, matérias primas em geral são absorvidos em grande quantidade. Mas além de alimentar a tendência à retransformação de países em desenvolvimento em meros exportadores de matérias primas, os chineses vendem muito mais do que compram. Uma economia mundial líder deve ajudar a manter o nível de atividades na economia internacional. A China não faz isso. Os déficits de contas correntes dos Estados Unidos são muito mais construtivos nessas circunstâncias que os superávits chineses. Essas analogias que são feitas com famílias, dizendo que um país é como uma família, que só pode gastar o que ganha, etc, que meu amigo Rogerio Studart denominou de “macroeconomia do lar”, não se aplicam nem à política fiscal, nem ao comércio exterior. Um país não é como uma família. Nós esperamos de uma economia líder que ela compre mais do que nos vende, não o contrário. 



Intervenção estatal e distribuição de perdas: a MP 442 e os preços das garantias oferecidas por instituições socorridas

■ Carlos Eduardo Carvalho

O forte consenso em torno da necessidade da intervenção estatal em crises financeiras graves acentua os problemas ligados à distribuição dos custos fiscais e das perdas geradas pela crise. Este desafio precisa ser incluído na agenda política. Está sempre presente a possibilidade de que a ação do Estado, necessária para evitar uma catástrofe que penalizaria os mais pobres, termine por preservar e até consolidar a riqueza acumulada por quem se beneficiou com a euforia que levou à crise.

A Medida Provisória 442, em tramitação no Congresso, traz avanços importantes para a legislação brasileira, ao definir regras básicas para operações de socorro a instituições financeiras, mas é insuficiente para assegurar a proteção do interesse público. A MP 442 deixa em aberto a questão de como serão definidos os preços de ativos oferecidos em garantia ao Banco Central no caso de operações de redesconto, em que o BC pode conceder crédito a bancos em troca de títulos de variados graus de risco.

Além disso, relatórios de prestações de contas e audiências no Congresso, previstos na MP 442, podem ser cumpridos de forma inócua e ritualística. Foi o que ocorreu em 1995, no longo processo de fragilização do Banco Econômico e do Banco Nacional que conduziu à criação do Proer. No socorro

aos dois bancos em crise, diversas previsões legais foram desrespeitadas, até que o Banco Central assumiu o rombo dos dois bancos e afastou o risco de perdas para o sistema bancário. Todas as denúncias e iniciativas para apurar o que ocorrera foram em vão, apesar dos esforços de parte da bancada oposicionista de então e de várias iniciativas da sociedade civil.

O problema é de enorme atualidade. A pesada intervenção dos BC dos países ricos tornou-se rotina desde o final de 2007 e assumiu proporções gigantescas desde o agravamento inusitado da crise financeira em setembro.

A emissão de dólares e euros, na casa dos trilhões, segue o ritmo da necessidade de preservar a solvência do sistema bancário e tentar restabelecer o crédito. Caiu por terra o mito de que o Estado se enfraquecera nas últimas décadas. O longo predomínio das políticas liberalizantes, ou neo-liberais, mostra agora que era apenas um mito o tão alardeado enfraquecimento do Estado nos países centrais e em parte dos países periféricos. Tratava-se de fato de fortalecer a capacidade do Estado de agir com prontidão e sem limites para socorrer o grande capital, sempre que necessário, e na medida requerida, sem limites. É o que está sendo feito agora, com apoio na opinião pública e na grande maioria das forças políticas.

A legitimidade dessa ação é muito fortalecida pelos mitos



criados em torno dos BC, tidos como entes públicos especiais, a serem preservadas cuidadosamente de qualquer influência “política” ou “eleitoreira”. A blindagem tem um componente semântico que ilustra bem a sua força: não se menciona nunca a palavra “emitir” em todo o noticiário de imprensa e na grande maioria dos debates e pronunciamentos de economistas e lideranças políticas sobre a crise. Fala-se em “injetar” dinheiro, como se esse dinheiro estivesse em um cofre, ou em uma conta especial, à espera de ser utilizado em caso de necessidade. Não se fala nunca que o crédito a bancos é financiado pelo aumento da base monetária, a menos que haja movimento em alguma outra conta de seu passivo.

O uso da palavra “emissão” não pode ocorrer porque colocaria o socorro a bancos no mesmo plano “político” de uma

ação de fomento ou de socorro no âmbito da política fiscal, ou seja, deixaria o Banco Central e o Tesouro em posições semelhantes. Esta diferenciação é indispensável para manter a legitimidade do BC e das suas ações em defesa dos bancos e das grandes empresas. Estas ações não podem ser equiparadas à destinação de recursos para políticas sociais ou para enfrentar calamidades públicas.

Contudo, essa blindagem pode ser rompida nos momentos em que é preciso transferir as perdas incorridas pelo BC para o plano do Tesouro. De certa forma, foi o que ocorreu nos EUA nas votações dos pacotes que organizariam a transferência de recursos do Tesouro e assunção das perdas pelo setor público. Foi esse processo que levou à rejeição do pacote proposto pelo secretário do Tesouro Paulson, um dos momentos que marcaram a exacerbação da

crise, nos últimos dias de setembro. No mesmo dia em que o Congresso rejeitou o pacote de US\$ 750 bilhões a serem entregues ao Tesouro, o FED aumentou para US\$ 850 bilhões os créditos ao sistema financeiro, sem que esse valor tivesse merecido qualquer destaque.

Um dos questionamentos mais fortes à proposta de Paulson era exatamente o pedido de que ficasse a seu cargo a definição dos preços dos títulos que a serem aceitos em garantia dos créditos. Os defensores do pacote argumentavam que os títulos não poderiam ser aceitos pelos seus preços de mercado naquele momento, muito deprimidos pela ameaça deflacionária que caracterizava o agravamento da crise. Assim, aceitar a precificação do mercado naquele momento implicaria quebrar os bancos e instituições financeiras.

Em um extremo, aceitar os preços dos contratos implicaria validação da bolha pelo Tesouro, a absorção de títulos podres pelo valor que o mercado já havia repudiado e a consolidação dos ganhos de quem especulou. No outro extremo, aceitar os preços deprimidos dos momentos agudos da crise significaria aceitar a quebra dos bancos insolventes e precipitar a insolvência de outros.

Caberia então às autoridades a missão de formar o “preço justo”, algo que deveria caber ao mercado, dentro de uma posição liberal coerente. Esta missão é muito delicada e nada tem de neutra, inclusive porque requer projeções muito difíceis sobre as tendências futuras de títulos que não conseguem ser precificados pelos mercados à vista e menos ainda pelos mercados a termo. É evidente que

a decisão envolve grande dose de subjetividade e será sempre muito condicionada pela visão de mundo e pelos valores de quem estiver no comando.

A atribuição de tal poder a uma autoridade estatal é um extremo de discricionariedade, na contramão do discurso liberal em defesa de regras rígidas na ação do Estado e de critérios de mercado na formação de preços. O risco de uma catástrofe financeira pode justificar a defesa de tal concentração de poder em uma autoridade pública, mas certamente exige que o exercício desse poder seja definido com a maior precisão possível e seja submetida a avaliações muito rigorosas e detalhadas. Como ocorre em qualquer problema complexo, não há solução simples para defender a sociedade contra esse poder discricionário concentrado em mãos de pessoas que


certamente nutrem grande simpatia pelos bancos e pelas instituições financeiras, de onde quase todos vieram e para onde quase todos pretendem ir.

A Medida Provisória 442 estabelece que os bancos beneficiados por empréstimos de redesconto deverão oferecer garantias de 120% a 170% do valor envolvido, a depender da classificação de risco dos títulos entregues ao BC. Contudo, não diz nada sobre o preço a ser estabelecido para os títulos, ou seja, a qual valor eles serão considerados para compor a carteira entregue ao BC. Em momento de crise aguda, esta questão fará toda a diferença entre um pacote “generoso” com os bancos ou um pacote focado em defender o Tesouro.

Há também a previsão de penalidades e restrições que o BC poderá impor aos bancos, ao lado da exigência de prestação de



contas, inclusive em audiências públicas no Congresso. São dispositivos de grande relevância, mas apenas se os parlamentares estiverem sob pressão da sociedade civil e sob o olhar vigilante dos eleitores.

É importante que a sociedade civil organizada e as forças políticas do país coloquem estas questões em sua agenda de imediato, para garantir que desta vez se possa reduzir o gasto de dinheiro público para salvar quem ganhou muito com os processos que agora ameaçam o conjunto da sociedade brasileira. 

* Carlos Eduardo Carvalho é Professor do Departamento de Economia e do curso de Relações Internacionais da PUC/SP.

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Que o apartheid se exploda. Viva Zumbi!

Em um país onde as desigualdades são tão profundas, formular e executar políticas públicas de promoção da igualdade racial é um grande desafio, que requer, sobretudo, a troca de experiências.

Fórum Intergovernamental de Políticas de Igualdade Racial

A Lei Áurea de 1888 decretou o fim da escravidão. Contudo, a participação dos negros e seus descendentes na sociedade não contaram com qualquer política inclusiva. A carta de alforria não serviu para incluí-los à sociedade. Anos depois, integrar a população negra viria a ser dever do Estado.

Em novembro se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, o Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro decidiu voltar sua atenção para a parcela orçamentária dirigida à população afro-descendente na tentativa de analisar o quanto o Estado cumpre de fato esse dever. Ressaltamos, porém, que ao encararmos esse desafio de pouca tradição na área de pesquisa é possível termos incorrido em erros de classificação nas ações, visto que algumas destas

podem ter sido realizadas, sem que tenham sido identificadas nos orçamentos.

Levantamos alguns indicadores sociais referentes aos negros para ilustrar a sua situação atual. O que encontramos foi que, 120 anos depois, ainda nos deparamos com uma sociedade que apresenta fortes desigualdades entre os cidadãos brasileiros diferenciados pela cor da pele. O Brasil, segundo dados da PNAD de 2006, tem sua população composta por 49,7% de brancos e 49,5% de negros – 42,6% de cor parda e 6,9% de cor preta.

Da mesma forma, fica evidenciado o preconceito ainda existente em nossa sociedade quando comparamos os rendimentos recebidos em função dos anos de estudo. Percebe-se que o rendimento dos brancos é, em média, 40% superior ao rendimento dos negros com mesmo nível de escolaridade. Esta diferença ocorre em todas as faixas de anos de estudo, sendo maior, proporcionalmente, no grupo com maior escolaridade.

Diante desta realidade social, o presente estudo busca

identificar as políticas públicas voltadas à população negra com o intuito compreender a atenção dada pelos entes governamentais (União, Estado e Município do Rio e Município de Niterói) no sentido de diminuir as diferenças demonstradas nos indicadores.

União

Da parceria entre o Senado Federal e o INESC, foi criado o “Orçamento Quilombola”, um extrato do orçamento da União contendo ações que afetam diretamente a comunidade negra.

No período que abrange as contas de 2005 a 2007, bem como a Lei Orçamentária de 2008 e a proposta para 2009, são apresentados cinco Programas de Trabalho (PT's) totalizando 29 ações, que incluem a valorização da cultura negra, projetos anti-segregacionistas e projetos de educação nas comunidades quilombolas (Tabela 1).

Deve-se atentar para o fato de que, apesar de haver um aumento de dotações autorizadas e liquidadas de ano para ano (exceto 2009 por se tratar de um projeto de lei), a execução da

despesa prevista fica em cerca de 50% nos dois primeiros anos e 58% no ano subsequente.

Devido à baixa realização das ações do “Orçamento Quilombola” o movimento social adepto da causa deve ir além da inclusão no orçamento, é preciso cobrar do Governo Federal a sua efetividade.

Município de Niterói

Em Niterói a população negra residente representa 30,2%, segundo o CENSO-2000. Esse valor menor do que o nacional é resultado de uma menor quantidade de pessoas de cor parda (22,3% frente aos 42,4% nacionais), uma vez que a população de cor preta é relativamente maior nesse município (7,9%).

Até 2005, o município não contava com qualquer ação prevista em seu orçamento voltada aos afro-descendentes. A partir de 2006 incluem-se somente duas ações, não especificamente dirigidas aos negros - “Noite da Beleza Negra” e “Campanhas Educativas Antidiscriminatórias”.

Na Lei Orçamentária de 2006 temos o Programa “Noite da Beleza Negra”, não há, contudo, na prestação de contas, em decorrência não se aferiu a sua execução¹. No caso do PT “Campanhas Educativas Antidiscriminatórias” em que consta na prestação de 2006 o seu valor liquidado é de 13% do previsto (R\$15 mil).

Pelas poucas informações obtidas, é notório o fato de, apesar de o município contar com uma Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igual-

Tabela 1

R\$ 1,00

Programa / Ano	2005		2006		2007		2008	2009*
	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Liquidado	Autorizado	Previsto
Gestão da política de Desenvolvimento Rural	1.155	1.133	2.172	1.958	2.139	2.139	-	-
Culturas Afro Brasileira	18.180	10.652	11.480	9.349	19.887	19.772	30.607	11.587
Comunidades Tradicionais	886	772	1.448	1.082	910	1.423	750	334
Gestão da política de promoção da igualdade racial	14.117	11.656	21.132	13.805	21.248	19.322	71.660	53.791
Brasil Quilombola	35.186	11.379	57.725	21.052	54.741	15.554	-	-
Total	69.524	35.592	93.957	47.246	98.925	58.210	103.017	65.712

*Proposta de Lei Orçamentária Anual

Tabela 2

	2004		2005		2006		2007		2008	
	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado
Comdedine	48.597	16.197	48.597	22.875	40.000	3.780	23.680	7.860	70.000	7.764
CC José Bonifácio	207.000	147.504	207.000	82.998						
Dpto Geral de Ação Cultural					1.310.000	391.102	450.000	382.270	1.531.000	297.204
Total	255.597	163.701	255.597	105.874	1.350.000	394.882	473.680	390.130	1.601.224	304.968

dade Racial (CEPPIR), ela não tem status de secretaria e não se percebe nenhuma política pública relevante voltada aos afro-descendentes.

Município do Rio de Janeiro

O Rio conta, de acordo com os dados da PNAD de 2006, com uma população negra da ordem de 41,5% dos cidadãos, sendo 30% de pardos e 11,5% de negros. A população branca é majoritária, alcançando 58% dos cariocas.

A partir de 1993, a legislação municipal passou a incluir ações não discriminatórias. Destaque para: a criação da semana de cultura afro-brasileira no calendário oficial e um concurso de redação sobre a discriminação. Em 1995, é determinada a inclusão de artistas e modelos negros em peças publicitárias da prefeitura. Em 2001, é estabelecido no calendário o dia de luta pela eliminação da desigualdade racial e a inclusão de artistas negros é estendida aos filmes subvencionados pela prefeitura. Em 2007, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana torna-se obrigatória em estabelecimentos municipais de ensino.

As ações identificadas na lei que define as metas físicas a serem realizadas no ano e qualificadas como exclusivas – voltadas para promover a expressão e desenvolvimento da cultura negra

– agregam as atividades do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros (Comdedine) e do Centro Cultural José Bonifácio, que oferece oficinas e workshops relacionados à cultura afro-descendente. O Comdedine viu ser executado em 2005 apenas 47% de seu orçamento autorizado, caindo para 9,5% no ano seguinte. Consta em 2008, conforme dados do Fincon, que dentre os R\$ 70 mil previstos apenas 11% fora liquidado.

Cabe destacar ainda que nenhuma das emendas parlamentares destinadas a esse segmento social foi executada.

Quanto ao Centro Cultural José Bonifácio, a partir de 2006 seu orçamento fora incorporado ao Departamento Geral de Ação Cultural que inclui outros programas não relacionados à cultura negra, assim a sobrepujança dos números não indicam necessariamente aumento das atividades do Centro Cultural, pois nos anos anteriores a liquidação fora inferior ao previsto: 71% em 2004 e 40% em 2005. A participação da prefeitura em suas atividades é ainda menor quando a comparamos com a atuação do setor privado (120 de um total de 133 atividades realizadas em 2007) (Tabela 2).

Estado do Rio de Janeiro

A distribuição da população no Estado do Rio de Janeiro

ro, segundo os dados da Síntese dos Indicadores Sociais de 2007 cuja base é a PNAD de 2006, demonstra que a maioria dos habitantes é composta por brancos (54,6%). Os negros representam 45% do total, dos quais 33 % são de pardos. Cabe destacar que a participação de 12% da população preta no estado é o 2ª maior entre as unidades da federação, ficando atrás apenas da Bahia (15,7).

Os programas relacionados à promoção da igualdade racial e de ações que beneficiam a população afro-descendente entre os anos de 2005 e 2007 referiam-se basicamente ao apoio de estudantes cotistas da UERJ e da UENF, para a administração do Conselho Estadual dos Direitos dos Negros (CEDINE) e para a implantação do Fundo Estadual dos Direitos dos Negros (FEDINE). No entanto, em 2005 e 2006, somente foram executados recursos para o apoio aos estudantes cotistas da UERJ, R\$ 3 milhões e R\$ 2,1 milhões, respectivamente. A execução do programa de apoio aos estudantes cotistas da UENF só começa em 2007. Os outros programas não foram executados.

Em 2008, 11 novos programas foram incluídos no orçamento, dos quais 10 não foram executados até o final de setembro. Destaca-se a inclusão do programa “Promoção da Igualdade Racial”, cuja previsão ini-

cial de gastos alcança R\$ 1,3 milhão e que, até setembro, teve R\$ 148 mil liquidados. Apesar do baixo percentual de realização (11,2%), é uma iniciativa relevante no combate ao racismo. Chama atenção, ainda, a inclusão do Programa “Implementação da Lei 9394/96”, oriundo de emenda parlamentar, cujo objetivo é facilitar as ações do Estado para que se cumpram as alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incluiu no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade de “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Na contramão, porém, o programa de apoio dos estudantes cotistas da UERJ foi alterado, passando a ser denominado “Incentivo à Permanência – Cotistas e demais estudantes”, com dotação de R\$ 3,6 milhões. Até setembro foram liquidados R\$ 3,5 milhões de uma previsão de gastos de R\$ 10,6 milhões.

Já na proposta orçamentária para 2009 apenas quatro PT's estão relacionados, destacando-se o incremento para o programa de incentivo à permanência de estudantes da UERJ, cuja previsão de gasto passou para R\$ 26,6 milhões. O programa “Promoção da Igualdade Racial” também teve a previsão aumentada, orçado em R\$ 4 milhões.

1 A Prestação de Contas de 2007 ainda não está disponível.

Categoria dos economistas elege Conselheiros para o triênio 2009/2011

■ Foi encerrado no dia 31 de outubro o processo de votação para a renovação do terço de Conselheiros do Plenário do Corecon-RJ, relativo ao triênio 2009/2011.

Com 1.621 votos a favor, 115 brancos e 46 nulos, os integrantes da chapa Novos Desafios foram eleitos para as funções a que se candidataram.

Como Conselheiros-Efetivos foram reeleitos os já Conselheiros Edson Peterli, Gilberto Caputo e Paulo Souto. Como Conselheiros-Suplentes, estarão assumindo os seus cargos em janeiro os economistas André Osório, Leonardo Pamplona e Miguel Bruno.

O Delegado-Eleitor do Rio de Janeiro, no próximo processo eleitoral do Cofecon, será o eco-

nomista, e Conselheiro do Corecon, José Antônio Lutterbach. Como seu suplente foi eleito João Manoel Gonçalves Barbosa, Conselheiro do Cofecon.

Na indicação da categoria dos nomes para os cargos de presidente e vice do Corecon-RJ, no próximo ano, foram eleitos, respectivamente, Paulo Souto e Sidney Pascoutto, com 1.572 votos

a favor, 140 brancos e 40 nulos.

O JE saúda a todos os eleitos e à categoria dos economistas pelo processo eleitoral recém-concluído, reforçando os compromissos do Corecon-RJ com a valorização permanente da categoria e a defesa de um projeto nacional de país, fundado na democracia e no combate às desigualdades sócio-econômicas.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS - 3º TRIMESTRE DE 2008

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIÇÕES	
	JUL A SET/07	JUL A SET/08		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	260.936,87	202.394,66	ANUIDADES	(58.542,21)	-22,44
PATRIMONIAL	40.180,64	65.346,64	PATRIMONIAL	25.166,00	62,63
SERVIÇOS	7.910,16	10.823,00	SERVIÇOS	2.912,84	36,82
MULTAS E JUROS DE MORA	-	-	MULTAS E JUROS DE MORA	-	-
DÍVIDA ATIVA	130.579,97	162.921,02	DÍVIDA ATIVA	32.341,05	24,77
DIVERSAS	81.028,62	89.235,06	DIVERSAS	8.206,44	10,13
TOTAL GERAL	520.636,26	530.720,38	TOTAL GERAL	10.084,12	1,94
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	726.908,06	621.330,93	DE CUSTEIO	(105.577,13)	-14,52
PESSOAL	327.691,12	298.795,37	PESSOAL	(28.895,75)	-8,82
MATERIAL DE CONSUMO	18.403,46	14.552,11	MATERIAL DE CONSUMO	(3.851,35)	-20,93
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	380.813,48	307.983,45	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	(72.830,03)	-19,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	89.245,45	86.570,43	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(2.675,02)	-3,00
DESPESAS DE CAPITAL	44.107,52	13.797,67	DESPESAS DE CAPITAL	(30.309,85)	-68,72
TOTAL GERAL	860.261,03	721.699,03	TOTAL GERAL	(138.562,00)	-16,11
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(339.624,77)	(190.978,65)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	148.646,12	-43,77

Agenda de cursos

- **MATEMÁTICA ESTRATÉGICA**
(todas as terças-feiras até 16 de dezembro de 2008 consulte os assuntos na web)
- **MATEMÁTICA: PRÉ-CÁLCULO, TRIGONOMETRIA, GEOMETRIA ANALÍTICA**
(5 a 29 de janeiro de 2009 - das 18h45 às 21h30 de segunda a quinta-feira)
- **PREPARATÓRIO PARA O EXAME NACIONAL DA ANPEC 2009**
(5 de janeiro a 30 de setembro de 2009)

Obtenha outras informações sobre os cursos e demais atividades do Corecon-RJ no site www.economistas.org.br ou pelo telefone 2103-0119



**UNIVERSIDADE
CANDIDO MENDES**
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Programa de Pós-graduação em Economia e Gestão Empresarial

Mestrado em Economia Empresarial

Recomendado pela CAPES / MEC

17
anos de
sucesso

Áreas de Concentração:
Finanças e Investimento das Empresas
Gerenciamento de Projetos | Regulação e Competitividade

TARDE, NOITE E FINAIS DE SEMANA | TARDE: "Bolsa" de 20% nas mensalidades

Inscrições: entre 10 e 28 de novembro de 2008
Seleção (entrevista): entre 01 e 15 de dezembro de 2008
Matriculas: até 09 de janeiro de 2009
Início das aulas: 06 de fevereiro de 2009

Convênio com CORECON/RJ
15% de desconto nas mensalidades
 para economistas registrados.

Rua da Assembléia, 10, sala 709 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: (21) 2252-5612/2232-8451 e 2531-2000 r. 294 (das 14 às 20hs.)
mestradoec@candidomendes.edu.br • www.candidomendes.edu.br/mee